

An aerial photograph of a volcanic landscape. The foreground and middle ground are dominated by dark, jagged volcanic rock formations. A winding road snakes through the terrain. In the distance, a small village with red-roofed buildings is visible on a hillside. The sky is filled with soft, white clouds. The overall tone is somber and dramatic.

GREENPEACE

JUNHO 2026

INCÊNDIOS FLORESTAIS EM PORTUGAL: MAIS DE 80 ANOS MOSTRAM QUE O PAÍS TEM DE MUDAR

Sumário Executivo

**Por: D. X. Viegas, D. Alves, T. Rodrigues, C. Ribeiro, L. M. Ribeiro, M. T. Viegas e M. Almeida,
Universidade de Coimbra, ADAI, Departamento de Engenharia Mecânica**

© Pedro Armestre/Greenpeace Portugal

ÍNDICE

1.	Introdução	3
2.	Panorâmica dos incêndios florestais em Portugal	4
3.	Relevância dos grandes incêndios	8
4.	Gestão do risco	13
5.	Conclusão	19
6.	Exigências da Greenpeace: Medidas para um futuro mais seguro	21
7.	Referências	23

01

INTRODUÇÃO:

O risco de incêndios florestais ou rurais em Portugal tem vindo a aumentar nas últimas décadas devido a vários fatores, alguns relacionados com condições naturais ou físicas e outros com atividades socioeconómicas, políticas e organizacionais. Utilizando dados estatísticos sobre a ocorrência e extensão dos incêndios, disponíveis desde 1943, e sobre fatores como o clima, a cobertura e as características da vegetação, evolução da população e alterações administrativas no sistema de gestão do risco de incêndios florestais, apresentamos uma visão geral destes incêndios em Portugal e da sua evolução ao longo das últimas décadas. Os dados, a longo prazo, são utilizados para proporcionar uma **perspetiva global** dos principais fatores ao longo destas oito décadas, **com maior destaque para o período de 2000 a 2025**, para o qual existem mais dados disponíveis.

Mais de 80 anos de dados mostram que o risco de grandes incêndios em Portugal não é uma fatalidade de verão.

Portugal continental tem uma área de 89 015 km², grande parte da qual é coberta por vegetação propícia a incêndios florestais. Desde 1960, as áreas de floresta, pastagem e matagal têm vindo a aumentar, ao passo que as áreas agrícolas têm vindo a diminuir. As três principais espécies de árvores são o sobreiro (*Quercus suber*), nativo de Portugal, o pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) e o eucalipto (*Eucalyptus globulus*). Cerca de 90% das terras florestais e agrícolas são propriedade de particulares ou de empresas e encontram-se altamente fragmentadas, sendo que a titularidade de muitas delas não está claramente definida, o que dificulta a definição de estratégias integradas de grande escala. O clima em Portugal é marcado por duas influências principais: o oceano Atlântico e o mar Mediterrâneo. O primeiro promove uma boa produtividade da vegetação e o crescimento da biomassa, ao passo que o segundo cria condições propícias a incêndios florestais de grande gravidade. Devido às alterações climáticas, Portugal tem sido afetado, nos últimos anos, por tempestades tropicais e ondas de calor mais frequentes e prolongadas, que criam condições favoráveis a incêndios de grande dimensão. De facto, alguns desses incêndios resultaram em perdas humanas significativas e em danos aos recursos naturais e criados pelo ser humano.

Desde 1943, o número de incêndios e a área ardida têm aumentado significativamente. O número de incêndios registados aumentou de algumas centenas antes de 1970 para mais de 30 000 por ano no início da década de 2000, tendo-se mantido, nos últimos anos, entre os 6 000 e os 10 000 incêndios florestais por ano. **A área ardida também aumentou,** passando de alguns milhares de hectares antes de 1970 para cerca de 100 mil hectares a partir desse ano, com alguns **anos recorde, como 2017, em que arderam cerca de 540 mil hectares (540 kha).** Um dos fatores que contribuíram para o aumento da área ardida é **o abandono das zonas rurais e a sua conversão em terrenos urbanos,** o que deixa menos pessoas disponíveis para gerir os terrenos e combater os incêndios nas suas fases iniciais. Por outro lado, o crescimento das áreas urbanas, que frequentemente invadem terrenos florestais, diminuiu a faixa de terrenos que separa as áreas edificadas da área florestal, o que aumentou o risco de incêndio.



©Pedro Armestre/Greenpeace Portugal

É significativo que, **desde 2017, o número de vítimas mortais civis causadas por incêndios florestais tenha ultrapassado as fatalidades entre agentes operacionais de proteção civil**, sublinhando os riscos que os incêndios florestais representam para todos os cidadãos.

Nas últimas décadas, o sistema de combate a incêndios florestais em Portugal sofreu alterações estruturais e organizacionais significativas. O número de Bombeiros aumentou entre 1950 e 1990, passando de 15 mil para cerca de 42 mil, tendo depois diminuído nas duas décadas seguintes para cerca de 30 mil. Os dados recentes indicam que esta diminuição se deveu principalmente à redução do número de Bombeiros voluntários, parcialmente compensada pelo aumento do número de Bombeiros profissionais, que passou de 8 mil para cerca de 13,5 mil, entre 2013 e 2023. A percentagem de Bombeiros profissionais aumentou de 13% em 2013 para 41,2% em 2023.

Desde 2017, a Guarda Nacional Republicana (GNR), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e a Força Especial de Proteção Civil (FEPC) também têm vindo a aumentar o seu efetivo. Os dados do sistema integrado português indicam que estas forças representam 15,4%, 19,2% e 1,7% da capacidade total do sistema, respetivamente. Os Bombeiros continuam a representar a maioria do efetivo, correspondendo a 63,7% da capacidade total. No geral, o número de recursos humanos no sistema português aumentou 45% desde 2017, conforme relatado pelo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e pela Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF) (AGIF 2022, 2025, e SGIFR 2024). sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e pela Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF) (AGIF 2022, 2025, e SGIFR 2024).

De um modo geral, o sistema e as forças envolvidas têm beneficiado de **melhorias na coordenação, no equipamento e no planeamento operacional**. Além disso, o número de cursos e as horas de formação operacional foram reforçados para responder à crescente complexidade dos incêndios florestais.

A organização da gestão de riscos melhorou significativamente desde 1980, especialmente na capacidade de combate a incêndios. Tem sido dedicado um **grande esforço ao combate inicial ao incêndio**, especialmente em dias de alto risco: normalmente, quando um incêndio é detetado, é mobilizada muito rapidamente uma equipa aerotransportada, juntamente com pelo menos três equipas terrestres dos corpos de bombeiros mais próximos. Como resultado deste esforço, a percentagem de ignições que escapam à primeira intervenção e atingem uma área superior a um hectare, diminuiu de 50% em 1980 para 9% em 2006, tendo aumentado para cerca de 15% em 2025. Este aumento reflete, por um lado, a **diminuição do número de incêndios e, por outro, o agravamento das condições propícias aos mesmos**, conforme evidenciado por outros indicadores de risco.

Portugal combate melhor mas continua mais exposto a incêndios extremos e a populações em risco.

03

RELEVÂNCIA DOS GRANDES INCÊNDIOS

Em Portugal, um incêndio é considerado de grandes dimensões se a sua área exceder os 100 hectares (ICNF, 2025), ao passo que, na Europa, os incêndios de grandes dimensões são, de um modo geral, definidos como aqueles que excedem os 500 hectares (Tedim et al., 2020). Os fenómenos de **incêndios florestais extremos (Extreme Wildfire Events, EWE)**, são os que se caracterizam por um **comportamento errático, uma intensidade avassaladora e uma propagação rápida** que excede as capacidades convencionais de controlo (Tedim et al., 2020).

Grandes incêndios não são apenas maiores: são mais rápidos, extremos e difíceis de controlar.

A área ardida apresenta uma tendência linear em função do número de grandes incêndios ($AA > 500$ ha). Alguns valores atípicos nesta tendência correspondem precisamente aos quatro anos que registaram as maiores áreas ardidas, como 2003, 2005, 2017 e 2025, o que indica que os EWE podem resultar em valores de área ardida superiores (ou inferiores) aos esperados para um ano com o mesmo número de grandes incêndios.

A perceção geral de que o **risco de incêndios florestais aumentou nas últimas décadas** confirma-se pela análise das áreas dos cinco maiores incêndios anualmente em Portugal. Antes de 2003, apenas foi registado um incêndio com área ardida superior a 10 kha; nos anos subsequentes, foram registados mais de 26 incêndios deste tipo. Em 2017, os cinco maiores incêndios superaram todos os incêndios anteriores e, em **2025, ocorreu o maior incêndio de sempre, com uma área ardida de 68,5 kha**. A tendência linear da área média ardida pelos cinco maiores incêndios de cada ano indica um aumento de 0,95 kha em 1980 para 9,73 kha em 2025.

Com poucas exceções, a maioria dos grandes incêndios em 2017, 2022, 2024 e 2025 ocorreu nas regiões do centro e do norte de Portugal, confirmando a tendência observada nos anos anteriores. No entanto, é importante salientar que, noutros anos, também ocorreram grandes incêndios no sul de Portugal, o que indica que o risco de incêndios florestais está presente em todo o país.

O incêndio de **Pedrógão Grande**, que ocorreu em 17 de junho de 2017, foi um marco na história dos incêndios florestais em Portugal, dado o elevado número de vítimas mortais — **66 pessoas** — num perímetro relativamente pequeno e **no espaço de poucas horas**. A área total ardida foi de 30,4 kha. Dada a sua importância, este incêndio foi analisado por duas comissões oficiais (CTI, 2017; Viegas et al., 2017) e foi objeto de vários estudos científicos, nomeadamente os de Pinto et al. (2022) e Viegas et al. (2023).

Este incêndio foi causado por uma linha elétrica que provocou duas ignições, a 3 km de distância uma da outra e com um intervalo de cerca de uma hora entre elas, o que resultou numa propagação muito intensa do fogo em condições ainda pouco compreendidas pela comunidade operacional. A interação entre os dois incêndios, induzida pela aproximação de uma tempestade, provocou uma aceleração do fogo semelhante à observada em alguns grandes incêndios anteriores, conforme descrito por Raposo et al. (2018). A formação de colunas de fumo decorrentes da propagação do incêndio foi cuidadosamente analisada por Pinto et al. (2022). Um estudo de campo sobre a progressão do incêndio permitiu estimar uma **velocidade máxima de propagação de 14 km/h**, um valor recorde para Portugal. A evolução do incêndio foi reproduzida numa experiência laboratorial, conforme relatado por Viegas et al. (2023). O relatório de Viegas et al. (2017) fornece um relato pormenorizado, não só da propagação do incêndio, mas também dos acidentes e do impacto do mesmo nas habitações e infraestruturas.

Em consequência deste incêndio, foram introduzidas várias alterações à gestão de incêndios e à legislação em Portugal. O seu profundo impacto na vida de muitos cidadãos teve um efeito significativo na sociedade portuguesa, facilitando a introdução e aplicação de reformas legislativas. Uma parte substancial dos ciclones tropicais habitualmente sofre uma transição extratropical à medida que se deslocam para as latitudes médias (Jones et al., 2003). No entanto, os fenómenos que geram ventos com força de furacão nas proximidades da Europa continuam a ser raros (Pérez-Alarcón et al., 2023). Em certos casos, estes sistemas em transição podem contribuir diretamente para condições extremas de incêndios florestais.

Em 2017, já fora da época normal de incêndios, um segundo episódio de incêndios de grande dimensão afetou o país, resultando numa **área ardida de cerca de 240 kha num único dia** — o que continua a ser um recorde para Portugal — e causando **52 vítimas mortais**, em vários incêndios de grande dimensão.

Tal como no caso do incêndio de Pedrógão Grande, a Assembleia da República criou uma comissão para estudar estes incêndios, tendo sido publicado um relatório (CTI, 2018). Da mesma forma, o Governo convidou a Universidade de Coimbra a elaborar um relatório sobre estes incêndios e os acidentes a eles associados (Viegas et al., 2019).

O maior incêndio desta série foi iniciado por uma linha elétrica no **Prilhão, Lousã**, e queimou cerca de 64,5 kha. Este incêndio causou **13 mortes**.

Além das **vítimas mortais e dos extensos danos causados à floresta e ao ambiente**, estes incêndios provocaram perdas significativas em edifícios, nomeadamente habitações e zonas industriais. Estes incêndios foram analisados em pormenor no relatório da Universidade de Coimbra.

Em 2022, as condições meteorológicas foram muito favoráveis à ocorrência de incêndios florestais no norte e centro de Portugal, tornando-o um ano semelhante aos de 2003, 2005 e 2017. Houve quatro vítimas mortais. Dada a relevância dos incêndios ocorridos em 2022, o Governo português designou um grupo de cientistas para analisar as condições associadas aos principais incêndios desse ano (cf. José M. Mendonça e Cristina Máguas (coord.), 2023).

Os principais incêndios que ocorreram em 2022 e foram analisados neste relatório foram: Serra da Estrela (24,3 kha), Murça (7,19 kha), Albergaria-a-Velha (2,8 kha) e o complexo de incêndios de Ourém (5,9 kha).

Entre 15 e 17 de setembro de 2024, um período muito quente e com ventos fortes deu origem a uma série de incêndios florestais graves nas regiões de Águeda e Aveiro, que queimaram 116,9 kha e causaram 15 vítimas mortais.

2017 e 2025 confirmam o salto de escala dos grandes incêndios em Portugal.

O ano de 2025 foi o quarto pior desde 1980, com uma área total ardida de 250 kha e cinco vítimas mortais. Devido a duas ondas de calor sucessivas em julho e agosto, as condições favoreceram a propagação de vários incêndios de grande dimensão que, em poucos dias, excederam a capacidade do sistema de combate a incêndios. Pela primeira vez, ocorreram no mesmo ano **seis incêndios com áreas ardidas superiores a 10 kha**, incluindo o **maior incêndio de sempre registado em Portugal**. Trata-se do incêndio que teve início em **Piódão** a 13 de agosto e que, ao longo de oito dias, consumiu uma **área de 68,5 kha.** x



04

GESTÃO DO RISCO

Ao longo das últimas décadas, a gestão dos incêndios florestais em Portugal evoluiu de um modelo predominantemente centrado no combate a incêndios para um modelo mais integrado, embora este seja um processo incompleto, ainda em curso. **Esta transição ocorreu por etapas, muitas vezes sob pressão** e, geralmente, após períodos de incêndios particularmente graves. Durante grande parte do século XX, os incêndios continuavam a ser considerados um fenómeno rural essencialmente sazonal, grave, sem dúvida, mas, na sua maioria, controlável através do combate e da resposta locais. A dimensão territorial mais ampla do problema era mal compreendida e a resposta continuava centrada sobretudo nos esforços de combate aos incêndios.

Após 2003 e 2005, tornou-se cada vez mais evidente que o problema era estrutural e estava relacionado com a organização da paisagem, e não apenas com deficiências operacionais durante os verões mais difíceis.

Após 2017, a linguagem da gestão passou a mudar de forma mais visível. **A expressão "incêndios florestais" começou a dar lugar a "incêndios rurais"**, em parte porque os próprios incêndios já não se enquadravam nos limites florestais. A terra agrícola, os matagais, as aldeias, as casas isoladas e as infraestruturas de transporte tinham-se tornado parte do mesmo panorama de risco. Essa distinção era importante do ponto de vista político, pois implicava que **a questão não podia ser tratada exclusivamente como um problema florestal**. As reformas lançadas após 2017 foram mais abrangentes do que as anteriores, tendo surgido gradualmente.

O primeiro ponto de viragem ocorreu com o pacote de reformas aprovado em outubro de 2017: a AGIF (Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais) foi criada em 2018; o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) foi aprovado em 2020; o Programa Nacional de Ação (PNA) seguiu-se em 2021; e o quadro jurídico do SGIFR foi consolidado mais tarde, nesse mesmo ano. Esta sequência demonstra que a transição para uma **gestão integrada dos incêndios foi gradual, assente em várias etapas legislativas, a qual ainda não está concluída.**

Atualmente, muitas das **condições estruturais que favorecem os grandes incêndios permanecem inalteradas. Algumas poderão até agravar-se nas próximas décadas.** A transformação da paisagem ocorre de forma lenta, sobretudo em territórios afetados pelo despovoamento e por uma fraca atividade económica. As medidas de prevenção são difíceis de sustentar politicamente, dado que os seus custos de implementação e manutenção são elevados e os seus efeitos, quando bem-sucedidas, são muitas vezes pouco evidentes. Em contrapartida, o combate continua a ser imediato, visível e alvo de escrutínio público.

As alterações climáticas tornaram-se um tema inevitável em discussões sobre os incêndios florestais em Portugal, mas **as condições meteorológicas extremas, por si só, não explicam a dimensão dos desastres recentes.** O comportamento severo dos incêndios resulta normalmente da **interação entre condições atmosféricas adversas e paisagens altamente inflamáveis,** moldadas por **décadas de abandono e de acumulação de combustível.** Neste sentido, as alterações climáticas intensificaram uma estrutura territorial já vulnerável, em vez de criarem o problema do zero (Parente et al., 2024).

O clima agrava o risco, mas o fogo cresce em territórios abandonados e carregados de combustível.

As plantações de eucalipto são muito controversas no debate sobre os incêndios florestais em Portugal, pois a espécie passou a estar simbolicamente associada aos grandes incêndios, sobretudo após 2017, e continua no centro de disputas entre organizações ambientais, interesses florestais e atores políticos. **As plantações extensivas de eucalipto podem contribuir para o agravamento dos incêndios**, especialmente quando mal geridas ou integradas em paisagens com elevada concentração de combustível. Porém, os grandes incêndios também ocorrem em matagais, pinhais e outras áreas florestais sem gestão adequada. Em muitas regiões, **a continuidade do combustível e o abandono das terras parecem ser fatores mais determinantes do que a presença de uma única espécie**. Ainda assim, o eucalipto continua a estar associado a tensões mais amplas relacionadas com os modelos florestais, as prioridades económicas e a gestão da paisagem nas zonas rurais de Portugal.



Ao longo do tempo, Portugal desenvolveu um sistema de combate aos incêndios de grande dimensão e cada vez mais sofisticado. **A prevenção evoluiu mais lentamente.** Os programas de gestão de combustível, as queimadas controladas e o ordenamento do território foram-se expandindo gradualmente, embora a sua implementação tenha continuado a ser desigual em todo o território.

Após 2017, intensificaram-se as críticas ao modelo centrado no combate. Vários estudos e relatórios oficiais defendem que o reforço operacional, por si só, não consegue compensar as vulnerabilidades territoriais decorrentes de condições climáticas extremas (CTI, 2017; Viegas et al., 2019). No entanto, **continua a ser difícil alterar as prioridades políticas e financeiras**, de modo a **privilegiar a prevenção a longo prazo**. Tal deve-se, em parte, ao facto de uma **prevenção bem-sucedida ser muito menos visível do que a resposta a situações de emergência**.

A cooperação entre Portugal e Espanha ganhou particular relevo à medida que os incêndios florestais se foram intensificando na Península Ibérica. As condições ecológicas comuns, a continuidade transfronteiriça da paisagem e os padrões meteorológicos associados aos incêndios, cada vez mais semelhantes, criaram fortes incentivos para uma ação conjunta, não só na resposta a situações de emergência, mas também na investigação, no planeamento e na aprendizagem no âmbito das políticas públicas.

Apesar da crescente cooperação, Portugal e Espanha continuam a abordar o controlo dos incêndios florestais com **modelos institucionais distintos**. O sistema espanhol é mais descentralizado, com responsabilidades significativas atribuídas às comunidades autónomas, ao passo que Portugal mantém uma estrutura comparativamente mais centralizada. Estas diferenças, ocasionalmente, complicam a coordenação, sobretudo nos procedimentos operacionais e na tomada de decisões. Ainda assim, uma análise mais aprofundada aponta para uma maior integração, em grande parte porque os dois países enfrentam **riscos crescentes de incêndios florestais semelhantes, sobretudo em zonas transfronteiriças**.

Os principais desafios que o controlo dos incêndios florestais em Portugal enfrenta estão cada vez mais relacionados com a **transformação da paisagem e a adaptação climática**. A gestão dos combustíveis na proximidade dos aglomerados populacionais pode reduzir a exposição local, mas a manutenção de paisagens resilientes em vastas áreas rurais é muito mais difícil de conseguir, em condições de envelhecimento da população, fraca atividade económica e abandono contínuo. Outro desafio prende-se com o **equilíbrio entre a resposta a emergências e a prevenção a longo prazo**. As épocas com grandes incêndios continuam a criar **pressão política para um reforço operacional imediato**, enquanto as medidas de prevenção tendem a produzir resultados mais lentos e menos visíveis, e, por isso, com menos dividendos políticos.

Ao mesmo tempo, **o comportamento extremo dos incêndios florestais** põe cada vez mais em causa a ideia de que a maioria dos incêndios pode ser sempre combatida de forma segura e eficaz, mesmo em condições adversas. As discussões em redor da **coexistência com paisagens suscetíveis de incêndios, a preparação da comunidade e a adaptação territorial** estão assim, a tornar-se mais importantes para a política dos incêndios florestais em Portugal. Grande parte da dificuldade reside no facto de que o controlo dos incêndios florestais depende não só dos sistemas de combate a incêndios, mas também dos processos demográficos, económicos e climáticos que evoluem há décadas, em contraste com os ciclos políticos.

05 CONCLUSÃO

Portugal foi, **nas últimas décadas, um dos países europeus mais afetados pelos incêndios florestais** considerando a área ardida anual em relação à área total do país, tendo sido em alguns anos, o país com maior área ardida da Europa. Vários fatores contribuem para esta situação, como ilustrado neste relatório: **as condições climáticas, a organização da paisagem florestal e a falta de gestão desta.** Apesar das melhorias no sistema de combate a incêndios e da diminuição do número de ocorrências, **os incêndios de grande dimensão têm-se tornado mais frequentes.** Desde 2000, os anos de **2003, 2005, 2017 e 2025** destacaram-se pela área ardida e pelo número de vítimas mortais.

Em Portugal, a **maioria das áreas florestais pertence a proprietários privados.** Em grande parte do Norte e do Centro do país, a propriedade está altamente fragmentada, o que torna ineficaz a exploração económica de parcelas muito pequenas. No Sul, embora o clima seja mais quente, a cobertura vegetal e uma melhor gestão das propriedades de maior dimensão ajudam a reduzir o risco de incêndios florestais.

O abandono da agricultura e a migração da população rural para as grandes cidades, nas últimas décadas, reduziram o número de pessoas disponíveis para a primeira intervenção, facilitando a propagação dos incêndios. Para colmatar esta falta de recursos humanos na prevenção e no combate dos incêndios florestais, Portugal criou várias agências e serviços. Nos últimos anos, estas agências têm trabalhado em conjunto com a população para aumentar a consciencialização, reduzir o número de ignições e mitigar o seu impacto. Alguns programas, tais como “aldeias seguras e cidadãos seguros” e “condomínios de aldeias”, contribuem para **melhorar a preparação dos cidadãos e das suas comunidades** para fazer face aos incêndios.

Sem prevenção estrutural, o combate continuará a chegar tarde demais.

Apesar destes esforços e conquistas, **não é expectável que o problema dos incêndios florestais seja eliminado ou significativamente reduzido em Portugal nos próximos anos. O ritmo das alterações climáticas poderá exceder a capacidade de adaptação da paisagem florestal e de preparação dos cidadãos para os desafios futuros, a menos que a gestão do risco de incêndios florestais passe a ser considerada uma prioridade nacional mais elevada.**



©Pedro Armestre/Greenpeace Portugal

06

EXIGÊNCIAS DA GREENPEACE: MEDIDAS PARA UM FUTURO MAIS SEGURO

- **AÇÃO CLIMÁTICA AMBICIOSA:**

Portugal deve cumprir a meta de **neutralidade climática para 2040**, por meio da eliminação progressiva da dependência dos combustíveis fósseis. Deve ser criado um **sistema fiscal justo para os principais poluidores**, a fim de financiar políticas de adaptação da paisagem e de reforço da resiliência aos incêndios.

- **GESTÃO ESTRATÉGICA DA PAISAGEM:**

O governo deve comprometer-se a gerir anualmente **pelo menos 1% da área florestal total**, de modo a interromper a continuidade do combustível e atuar como um “gestor exemplar” para outros detentores particulares de terrenos. Isto inclui **limitar rigorosamente a expansão de monoculturas** de eucalipto sem gestão adequada e **promover espécies autóctones mais resistentes ao fogo**.

- **MOBILIZAÇÃO DO SETOR PRIVADO:**

Uma vez que cerca de **90% das terras florestais são de propriedade privada** e se encontram altamente fragmentadas, o Estado deve concluir com urgência o Sistema de Informação Cadastral Simplificado, para definir os limites das propriedades e, desta forma, envolver mais diretamente o setor privado na tarefa de redução do risco.

- **GOVERNAÇÃO INCLUSIVA PARA REDUZIR OS FOCOS DE INCÊNDIO:**

Para dar resposta ao facto de 95% dos incêndios terem origem humana, o Estado deve passar de uma lógica centrada na proibição para uma **estratégia de prevenção social**. Isto implica envolver efetivamente os agricultores, os gestores florestais e os pastores no planeamento regional, e prestar apoio técnico às queimadas legais de renovação de pastagens, ou de redução da biomassa, de modo a reduzir o risco de incêndios acidentais.
- **TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTAL:**

Deve ser criada uma **plataforma pública** para acompanhar, a nível municipal, a execução dos orçamentos destinados à prevenção, em comparação com os custos de extinção. Deve ser disponibilizado um mapeamento em tempo real de todas as ações de redução de combustível, de modo a permitir aos cidadãos acompanhar os progressos.
- **REVITALIZAÇÃO ECONÓMICA:**

A gestão rural deve tornar-se uma escolha económica racional. Os proprietários de terras devem receber **compensações pelos serviços ecossistémicos** com “externalidades positivas”, tais como a captura de carbono e a resiliência a incêndios, a fim de **combater o abandono rural**, que contribui para incêndios de grandes proporções.
- **UM PACTO IBÉRICO PARA A RESILIÊNCIA AOS INCÊNDIOS:**

Portugal e Espanha devem estabelecer um pacto permanente para coordenar os corredores transfronteiriços de combustível, harmonizar os protocolos operacionais e atuar de forma coordenada junto da UE, para **garantir financiamento a longo prazo**, para combater o despovoamento rural e aumentar a resiliência aos incêndios.

AGIF. (2026). Incêndios 2025 (1jan-31 dez) - Análise preliminar.

Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais. (2022). Relatório anual de atividades do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) 2022. AGIF.

CTI. (2017). Incêndios ocorridos entre 17 e 24 de junho de 2017. Comissão Técnica Independente.

CTI. (2018). Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental.

ICNF. (2025). 8.º Relatório provisório: 1 janeiro a 15 outubro. Instituto Da Conservação Da Natureza e Das Florestas | EN: Institute for Nature Conservation and Forestry.

Jones, S. C., Harr, P. A., Abraham, J., Bosart, L. F., Bowyer, P. J., Evans, J. L., Hanley, D. E., Hanstrum, B. N., Hart, R. E., Lalaurette, F., Sinclair, M. R., Smith, R. K., & Thorncroft, C. (2003). The Extratropical Transition of Tropical Cyclones: Forecast Challenges, Current Understanding, and Future Directions. *Weather and Forecasting*, 18(6), 1052–1092. [https://doi.org/10.1175/1520-0434\(2003\)018<1052:TETOTC>2.0.CO;2](https://doi.org/10.1175/1520-0434(2003)018<1052:TETOTC>2.0.CO;2)

José M. Mendonça e Cristina Máguas Coord. (2023). Relatório Final do Grupo de Peritos dos Incêndios Rurais. Contratado pelo Ministério da Administração Interna.

Pérez-Alarcón, A., Fernández-Alvarez, J. C., Sorí, R., Liberato, M. L. R., Trigo, R. M., Nieto, R., & Gimeno, L. (2023). How much of precipitation over the Euroregion Galicia – Northern Portugal is due to tropical-origin cyclones?: A Lagrangian approach. *Atmospheric Research*, 285, 106640. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.atmosres.2023.106640>

Pinto, P., Silva, Á. P., Viegas, D. X., Almeida, M., Raposo, J., & Ribeiro, L. M. (2022). Influence of Convectively Driven Flows in the Course of a Large Fire in Portugal: The Case of Pedrógão Grande. *Atmosphere*, 13(3), 414. <https://doi.org/10.3390/atmos13030414>

Raposo, J. R., Viegas, D. X., Xie, X., Almeida, M., Figueiredo, A. R., Porto, L., & Sharples, J. (2018). Analysis of the physical processes associated with junction fires at laboratory and field scales. *International Journal of Wildland Fire*, 27(1), 52–68. <https://doi.org/https://doi.org/10.1071/WF16173>

Tedim, F., Leone, V., Coughlan, M., Bouillon, C., Xanthopoulos, G., Royé, D., Correia, F. J. M., & Ferreira, C. (2020). 1 - Extreme wildfire events: The definition. In F. Tedim, V. Leone, & T. K. McGee (Eds.), *Extreme Wildfire Events and Disasters* (pp. 3–29). Elsevier. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/B978-0-12-815721-3.00001-1>

Viegas, D. X., Almeida, M. F., Ribeiro, M., Almeida, M. A., Raposo, J., Viegas, M. T., Oliveira, R., Alves, D., Pinto, C., Rodrigues, A., Ribeiro, C., Lopes, S., Jorge, H., & Viegas, C. X. (2019). Análise Dos Incêndios Florestais Ocorridos a 15 De Outubro De 2017. 260. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=c2da3d7e-dcdb-41cb-b6ae-f72123a1c47d>

Viegas, D. X., Almeida, M. F., Ribeiro, M., Domingos, E. D. I., Raposo, J., Viegas, M. T., Oliveira, R., Alves, D., Pinto, C., Jorge, H., Rodrigues, A., Lucas, D., Lopes, S., & Silva, F. (2017). O complexo de incêndios de pedrógão grande e concelhos limitrofes, iniciado a 17 de junho de 2017.

Viegas, D. X., Ribeiro, C., Almeida, M., Pinto, P., Ribeiro, L. M., & Silva, A. (2023). Field and laboratory analysis of the junction fire process in the catastrophic fire of Pedrógão Grande in June 2017. *International Journal of Wildland Fire*, 32(6), 951–967. <https://doi.org/10.1071/WF22161>

GREENPEACE

Este relatório foi produzido graças ao contributo de quem nos apoia e torna possível o nosso trabalho.

A Greenpeace é uma organização política e financeiramente independente, que não recebe financiamento de empresas, governos ou partidos políticos.

Junta-te a nós em www.greenpeace.pt